



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



AMOR PELA CIDADE. RESPEITO PELO POVO

MENSAGEM Nº 003 /2018

**SENHOR PRESIDENTE E PARES DA CÂMARA MUNICIPAL**

Temos a grata satisfação de submeter à apreciação dessa Casa Legislativa, o incluso Projeto de Lei nº 003 /2018, que versa sobre contratação de pessoal na área da saúde e educação para cargos do anexo único, excepcionalmente e por tempo determinado para atuação na Rede Municipal de Saúde, Hospital Nelson Sales e Rede Municipal de Ensino.

Justifica-se tal solicitação em virtude da suspensão pelo Poder Judiciário do concurso público de 2016, Processo nº 005934-44.2016.8.19.0000, no qual contrataria, dentre diversos cargos, Médicos e Professores para atender às demandas deste município.


Desta forma, havendo a necessidade real das contratações dos profissionais acima, por se tratar de serviços essenciais e ininterruptos, encaminhamos o presente projeto de lei, para apreciação, discussão e votação por parte desta egrégia Câmara. Solicito ainda que tramite em **REGIME DE URGÊNCIA URGENTÍSSIMA**.

No ensejo, reiteramos os nossos votos de distinta consideração.

Engenheiro Paulo de Frontin/RJ, 08 de fevereiro de 2018.

  
**JAULDO DE SOUZA BALTHAZAR FERREIRA**  
Prefeito Municipal

**APROVADO**  
Em Votação Única  
Câmara Municipal de  
Engº Paulo de Frontin  
Em 01/3/18

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin  
Protocolo nº 1453 de 26/02/18  
Livro nº 04 Flª 33134  
ASS. 



**PROJETO DE LEI Nº 003 DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018**

**Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcionalidade de interesse público nos termos do inciso IX do artigo 37 da constituição federal, e da outras providencias.**

A CÂMARA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

**LEI MUNICIPAL:**

**Art. 1º** - Para atender a necessidade temporária de excepcionalidade de interesse público, poderão ser efetuadas contratações de pessoas por tempo determinado, nas condições e prazo prevista nesta Lei.

**Art. 2º** - Fica o poder executivo autorizado a contratar, excepcionalmente por tempo determinado, na área de Saúde e Educação, nos cargos constantes no Anexo Único da presente lei, relativos às Rede Municipal de Saúde, Hospital Nelson Salles e Rede Municipal de Ensino do Município visando a continuidade e não interrupção de suas ações.

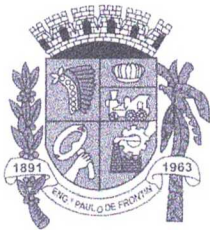
**Art. 3º** - As contratações de que trata o Art. 2º serão efetuadas na modalidade de contrato de trabalho por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público e em caráter emergencial.

**Art. 4º** - O contrato de trabalho por tempo determinado de que trata a Lei terá validade pelo prazo de 2(dois) anos podendo ser prorrogado por mais 1(um) ano a contar da data sua assinatura do contrato.

§1º - O presente contrato poderá ser rescindido antes do prazo previsto, na hipótese relevância de interesse público ou liberação do concurso hora suspenso pelo Poder Judiciário.

§2º - Ocorrendo rescisão de Contrato antes do prazo previsto no caput e havendo a necessidade de continuidade do serviço, fica o Poder Executivo autorizado a contratar outro profissional para suprir a vaga no período restante do prazo.

§3º - A rescisão dos contratos em data inferior ao previsto nesta lei, não gera ao contratado direito de indenização a qualquer título.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN


SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO



**Art. 5º** - As despesas decorrentes da presente Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria suplementando-se caso necessário.

**Art. 6º** - Esta lei entra em vigor a data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Engenheiro Paulo de Frontin, 08 de fevereiro de 2018

  
**JAULDO DE SOUZA BAPTISTA FERREIRA**  
Prefeito Municipal

Câmara Municipal de Engº Paulo de Frontin  
Protocolo nº 453 de 26/02/18  
Livro nº 04 Fl. 33/34  
ASS. W. Martins

**APROVADO**  
Em Votação Única  
Câmara Municipal de  
Engº Paulo de Frontin  
Em 01/3/18





## ANEXO ÚNICO

### MÉDICO ESPECIALIDADE

CARGO	VAGAS
MÉDICO PLANTONISTA	07
CLÍNICA MÉDICA	07
MÉDICOS ESPECIALISTAS	12
DIRETOR CLÍNICO	01
MÉDICO VISITADOR	01
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>

### PROFESSORES

CARGO	VAGAS
PROFESSOR NIVEL I	30
PROFESSOR NIVEL II	35
<b>TOTAL</b>	<b>65</b>



PROJETO DE EMENDA MODIFICATIVA N.º 001/2018  
AO PROJETO DE LEI N.º 003/2018

"Modifica o art. 4º ao Projeto de Lei  
n.º 003/2018".

*Autoria: Comissão de Finanças e Orçamento*

A Câmara Municipal de Eng. Paulo de Frontin, por seus representantes legais, com fulcro no Art. 15, VIII da Lei Orgânica Municipal e Art. 80, IV do Regimento Interno Cameral, **APROVA** a seguinte:

EMENDA MODIFICATIVA:

Art. 1º - Modifica o art. 4º do projeto de Lei 003/2018 ao qual terá a seguinte redação:

"Art.º 4º - O contrato de trabalho por tempo determinado de que trata a Lei terá validade pelo prazo de 1 ano (doze meses) podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Jauldo Gomes Balthazar, 01 de março de 2018.

### Justificativa

O acesso ao cargo público deverá ocorrer prioritariamente através de concurso público, acreditamos que doze meses é tempo suficiente para que os processos referentes ao último concurso realizado sejam tramitados e julgados, criando assim as condições para que a Administração Municipal possa cumprir a Constituição Federal e convocar os aprovados ou mesmo elaborar um novo concurso.

Comissão de Finanças e Orçamento

Presidente, \_\_\_\_\_

Relator, \_\_\_\_\_

Vogal, \_\_\_\_\_

*Rejeitado*

**REJEITADO**  
Câmara Municipal de  
Engº Paulo de Frontin

Em 04/3/18

Presidente



PROJETO DE EMENDA ADITIVA N.º 001/2018  
AO PROJETO DE LEI N.º 003/2018

"Acrescenta o artigo 3º bem como seus parágrafos ao Projeto de Lei nº 003/2018".

*Autoria: Comissão de Finanças e Orçamento*

A Câmara Municipal de Eng. Paulo de Frontin, por seus representantes legais, com fulcro no Art. 15, VIII da Lei Orgânica Municipal e Art. 80, IV do Regimento Interno Cameral, **APROVA** a seguinte:

EMENDA ADITIVA:

Art. 1º - Fica acrescido o art. 3º com os & 1º, 2º e 3º, remunerando-se o atual artigo 3º para o 4º e assim os demais sucessivamente, o qual terá a seguinte redação:

"Art.º 3º - A contratação a que se refere o caput do artigo 2º deverá ser realizada por meio de processo público seletivo simplificado, obedecidos aos princípios da legalidade, da impossibilidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.

& 1º - Para as finalidades da contratação a que se refere esta Lei, deverá o Poder Executivo diligenciar para que sejam observados critérios objetivos e impessoais de recrutamento, além de dar ampla divulgação a todas as fases do recrutamento e seleção, que deverão ser regulamentados no respectivo edital de chamamento público;

& 2º - Os critérios de avaliação objetiva de que trata este artigo poderão ser por aplicação de prova, entrevista e apreciação de currículos dos candidatos.

& 3º - Aplicam-se ao pessoal contratado nos termos desta lei, os mesmos deveres, proibições e responsabilidades vigentes para os servidores ocupantes dos cargos de provimento efetivo. "

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário Jauldo Gomes Balthazar, 01 de março de 2018.



PROJETO DE EMENDA ADITIVA N.º 001/2018  
AO PROJETO DE LEI N.º 003/2018

Justificativa

A presente emenda tem por finalidade dar transparência e isonomia na contratação de profissionais para exercer cargos na administração municipal.

Comissão de Finanças e Orçamento

Presidente. \_\_\_\_\_

Relator, \_\_\_\_\_

Vogal, \_\_\_\_\_

*Rejeitado*

**REJEITADO**

Câmara Municipal de  
Engº Paulo de Frontin

Em 01/3/18

\_\_\_\_\_  
Presidente





## **PARECER JURÍDICO**

**EMENTA: PARECER AO PROJETO DE LEI Nº. 003/2018 DO EXECUTIVO QUE " dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcionalidade de interesse público".**

### **I – RELATÓRIO**

Trata-se de parecer acerca da legalidade e constitucionalidade do projeto de lei nº 003/2018, que "dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcionalidade de interesse público. "

### **II - PARECER**

À luz da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF (Lei Complementar nº101, de 4 de maio de 2000), os gastos oriundos da implementação do projeto de lei em apreço enquadrar-se-iam na condição de despesa obrigatória de caráter continuado (despesa corrente derivada de lei que fixe para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios). Nesse sentido, a proposição fica sujeita à observância do disposto no artigo 17, §§ 1º e 2º, da referida LRF.

Pelo que dispõe o § 1º, o ato que criar ou aumentar despesa de caráter continuado deverá ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio.

O § 2º, por sua vez, determina que tal ato deverá ser acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Complementando ao analisarmos o anexo I, foi detectada a falta das atribuições e quantitativos dos cargos, suas respectivas cargas horárias e remunerações.

### **.III - CONCLUSÃO**

Neste sentido, por tudo quanto exposto e observadas as ressalvas no parecer, opino pela suspensão da tramitação da matéria em acordo ao art. 72º do regimento interno cameral e que se encaminhe este parecer ao Poder Executivo para que o órgão responsável possa informar a esta comissão as seguintes indagações:





I – A estimativa do impacto orçamentário-financeiro da criação dos cargos no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio.

II – A comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO

III - O Anexo contendo as atribuições e quantitativos dos cargos, suas respectivas cargas horárias e remunerações.

Comissão de Finanças e Orçamento

Presidente, \_\_\_\_\_

Relator, \_\_\_\_\_

Voto vencido \_\_\_\_\_

Votos em Referência

*Rejeitado*

**REJEITADO**

Câmara Municipal de  
Engº Paulo de Frontin

Em 01/03/18

\_\_\_\_\_  
Decisão



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL**  
Plenário Jauldo Gomes Balthazar

---

Projeto de LEI 003/2018.

Ementa: Projeto de Lei N° 003/2018 que versa sobre a contratação de médicos e professores.

O Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, com fulcro no Regimento Interno da Casa, bem como da LOMEPF, apresentam as considerações ao objeto, segundo as razões do Relator abaixo dispostas.

**Relatório**


Trata-se de Projeto de LEI 003/2018, de autoria do Poder Executivo, que versa sobre a contratação de médicos e professores, em caráter emergencial, em virtude da suspensão do concurso público por decisão judicial.

**Mérito**

Quanto ao mérito, diante do que consta no projeto de Lei, à apreciação desta Comissão, encontra-se de acordo com as regras Regimentais e Legais, inexistindo qualquer fator impeditivo de seu prosseguimento. Segundo o entendimento deste Relator, a matéria trazida a lume, não se mostra contrária a qualquer regra constitucional ou conflitante com o regramento legal vigente. Ante o exposto, opinamos no sentido da aprovação da matéria por estas comissões.

Sendo assim, opino pelo **PROSSEGUIMENTO** ao plenário e aprovação do projeto.

É o voto. Aos demais pares da Comissão,  
Plenário da Câmara, 1 de março de 2018.

  
Alex Papa Alves

Acolhido o parecer:

  
Jeferson Adriano Gomes Moreira

  
Rosângela de Carvalho Passos Gôda



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN**  
**COMISSÃO DE SAÚDE, EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA**  
Plenário Jauldo Gomes Balthazar

---

Projeto de LEI 003/2018.

Ementa: Projeto de Lei N° 003/2018 que versa sobre a contratação de médicos e professores.

O Presidente da Comissão de Saúde, Educação e Assistência, com fulcro no Regimento Interno da Casa, bem como da LOMEPEF, apresentam as considerações ao objeto, segundo as razões do Relator abaixo dispostas.

**Relatório**

Trata-se de Projeto de LEI 003/2018, de autoria do Poder Executivo, que versa sobre a contratação de médicos e professores, em caráter emergencial, em virtude da suspensão do concurso público por decisão judicial.

**Mérito**

Quanto ao mérito, diante do que consta no projeto de Lei, à apreciação desta Comissão, encontra-se de acordo com as regras Regimentais e Legais, inexistindo qualquer fator impeditivo de seu prosseguimento. Segundo o entendimento deste Relator, a matéria trazida a lume, não se mostra contrária a qualquer regra constitucional ou conflitante com o regramento legal vigente. Ante o exposto, opinamos no sentido da aprovação da matéria por estas comissões.

Sendo assim, opino pelo **PROSSEGUIMENTO** ao plenário e aprovação do projeto.

É o voto. Aos demais pares da Comissão,  
Plenário da Câmara, 1 de março de 2018.

  
José Roberto Queiroz de Sousa

Acolhido o parecer:

  
Sandra Regina Gil

  
Gilda de Souza Gil





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**  
Plenário Jauldo Gomes Balthazar

Projeto de LEI 003/2018.

Ementa: Projeto de Lei N° 003/2018 que versa sobre a contratação de médicos e professores.

O vereador que esta subscreve, nos termos regimentais vigentes, vem apresentar seu voto em apartado, conforme permissivo regimental, conforma razões abaixo dispostas.

**Relatório**

Trata-se de Projeto de LEI 003/2018, de autoria do Poder Executivo, que versa sobre a contratação de médicos e professores, em caráter emergencial, em virtude da suspensão do concurso público por decisão judicial.

**Mérito**

Divirjo do relator da matéria, eis que a requisição de informações se dá através de requerimento dirigido ao Plenário (art. 72 do Regimento Cameral), sendo que a apresentação do parecer da comissão se dá após fornecidas as respostas requeridas.

Quanto ao mérito, diante do que consta no projeto de Lei, à apreciação destas Comissões, encontra-se de acordo com as regras Regimentais e Legais, inexistindo qualquer fator impeditivo de seu prosseguimento. Segundo o entendimento deste Relator, a matéria trazida a lume, não se mostra contrária a qualquer regra constitucional ou conflitante com o regramento legal vigente. Ante o exposto, opinamos no sentido da aprovação da matéria por estas comissões.

Sendo assim, opino pelo **PROSSEGUIMENTO** ao plenário e aprovação do projeto.

É o voto.

Plenário da Câmara, 1 de março de 2018.

  
Jeferson Adriano Gomes Moreira

**Andamento Processual**

Processo nº CM 1453/2018 Data 26/0  
Origem Executivo Processo nº \_\_\_\_\_  
Assunto Projeto de Lei nº 003/2018  
Prazo \_\_\_\_\_ Terminado do Prazo \_\_\_\_\_

**Despacho**

Da Secretaria da Câmara para o expediente Data: 26/02/18  
Rubrica: [assinatura]

Recebido pela Mesa em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
Da Mesa para: \_\_\_\_\_ Em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Recebido pela Comissão em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Rubrica: \_\_\_\_\_

Convocação reunião da Comissão para: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ às \_\_\_\_ hs

Retorno ao Plenário com Parecer em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Da tramitação em Plenário:****Andamento do Processo**

Foi aprovada a matéria com 5 votos favoráveis  
e 3 votos contrários.